

# CONSELHOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO ESPAÇOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Beatriz Truffi ALVES<sup>1</sup>  
Rodrigo MACHADO<sup>2</sup>  
Wagner Nistardo de LIMA<sup>3</sup>  
Adriana Neves da SILVA<sup>4</sup>  
Marlene Francisca TABANEZ<sup>5</sup>

O artigo destaca os Conselhos Gestores de Unidades de Conservação como espaços de ensino-aprendizagem para qualificar a participação na gestão pública. Para afirmá-los neste viés, baseia-se em evidências colhidas e trabalhadas ao longo de 2013 em unidades de conservação de proteção integral do estado de São Paulo. No período houve a implantação de iniciativa denominada “Formação Socioambiental no Contexto da Fiscalização de Unidades de Conservação”. Do projeto de pesquisa que acompanhou e avaliou a Formação Socioambiental (FS), expõem-se dados, informações, resultados e análises sobre as contribuições da FS ao desenvolvimento de políticas para qualificar a participação social na gestão ambiental pública ao articular questões de fiscalização com a construção de agendas dos Conselhos. Tais agendas direcionam-se a enfrentar causas de diferentes ordens (socioeconômicas, culturais etc.) dos vetores de pressão nas UC. Apresentam-se também contribuições à reflexão sobre o sentido da fiscalização ambiental em UC e sua necessária contextualização em um cenário de gestão ambiental mais amplo, que supere a exclusividade da perspectiva de “comando e controle” como principal estratégia de proteção ambiental e que reforce a dimensão educativa e preventiva.

Palavras-chave: Conselhos; Unidades de Conservação; Educação; Gestão Ambiental

## 1. Introdução

A Formação Socioambiental (FS) caracteriza-se por ser uma proposta de como chamar a atenção, de dentro de um plano de fiscalização ambiental em unidades de conservação (UC) para a necessidade de se pensar em algumas questões mais afetas à gestão ambiental *lato sensu*: a) a perspectiva preventiva da fiscalização, que antecede a manifestação de problemas como “infrações ambientais”, deve receber tanta ou maior atenção que o viés repressivo (que atua sobre manifestações já ocorridas); b) a fiscalização ambiental viabilizada essencialmente em abordagens repressivas não aponta, necessariamente, para o enfrentamento efetivo de problemas ambientais, uma vez que estes têm causas radicalmente localizadas em questões de ordens multidimensionais (sociais, econômicas, culturais, históricas, legais, políticas etc.). Portanto, demandam significativo esforço de articulação, em qualquer nível, com outras políticas de gestão ambiental pública, direta ou indiretamente, como de habitação, desenvolvimento, trabalho, agricultura, educação, assistência social entre tantas outras; c) a centralidade que deve assumir a participação social qualificada

---

<sup>1</sup> Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (SMA-SP). [beatrizta@ambiente.sp.gov.br](mailto:beatrizta@ambiente.sp.gov.br).

<sup>2</sup> Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (SMA-SP). [rodrigom@ambiente.sp.gov.br](mailto:rodrigom@ambiente.sp.gov.br).

<sup>3</sup> Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (SMA-SP). [wagnern@ambiente.sp.gov.br](mailto:wagnern@ambiente.sp.gov.br).

<sup>4</sup> Fundação Florestal (SMA-SP). [ansilva@fflorestal.sp.gov.br](mailto:ansilva@fflorestal.sp.gov.br).

<sup>5</sup> Instituto Florestal (SMA-SP). [mtabanez@if.sp.gov.br](mailto:mtabanez@if.sp.gov.br).

(instrumentalizada e consciente) em processos de gestão ambiental pública, ainda que partindo de temáticas “áridas”, tensas e conflituosas, como a da fiscalização ambiental.

Para viabilizar esta estratégia, foi construída na Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo (SMA-SP), uma proposta que entende os espaços de participação social na gestão ambiental pública, amparados pela legislação ambiental, como propícios ao desenvolvimento de intervenções educadoras (GUIMARÃES, 2005). Esta proposta foi compartilhada e amadurecida com a participação de representantes da Fundação Florestal (FF), Instituto Florestal (IF) e do Instituto de Botânica (IBt), também vinculados à SMA-SP, e da Polícia Militar Ambiental (PMA)<sup>6</sup>.

O objetivo das intervenções foi o de criar situações de ensino-aprendizagem com os Conselhos de UC partindo de problemas de fiscalização como temas geradores. Assim, estes problemas foram tomados como ponto de partida para todo um percurso de apropriação e compreensão da problemática socioambiental em torno das UC, e não como problemas a serem necessariamente resolvidos<sup>7</sup> (LAYRARGUES, 1999).

Para a realização da FS, houve indicações pela FF e pelo IF de 15 UC em todo o estado. As UC nas quais houve encontros de FS e em que foram colhidas respostas aos questionamentos relativos à pesquisa de acompanhamento são: (1) Parque Estadual Itapetinga; (2) Monumento Natural Pedra Grande; (3) Parque Estadual Itaberaba; (4) Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade; (5) Parque Estadual Aguapeí; (6) Parque Estadual Rio do Peixe; Parque Estadual Serra do Mar – Núcleos (7) Caraguatatuba e (8) Itutinga-Pilões; (9) Parque Estadual Lagamar de Cananéia<sup>8</sup>.

## **2. Construção de um quadro de referência**

Para desenvolver uma proposta direcionada ao objetivo de envolver os Conselhos de UC com a fiscalização ambiental em um processo formativo, que qualificasse e buscasse fortalecer a participação na gestão ambiental de áreas protegidas, foi necessário construir um quadro referencial conceitual, teórico e metodológico. Para tanto, foram definidos os campos (discursivos e de práticas) que se relacionam mais diretamente com a proposta<sup>9</sup>, de maneira a orientar tanto uma revisão de literatura, como a inspiração à proposta de trabalho. O quadro referencial também teve a finalidade de servir de parâmetro à análise sobre o alcance da proposta em termos de coerência.

---

<sup>6</sup> Todos são órgãos envolvidos com o plano de fiscalização de unidades de conservação, de onde surge a necessidade – e a oportunidade - de se trabalhar a Formação Socioambiental.

<sup>7</sup> A finalidade da FS, devidamente explicitada aos participantes, foi apontar para o imprescindível enfrentamento, organizado e consciente, de problemas socioambientais que podem ser observados a partir da UC, e não a criação de expectativas de resolução de problemas que são, predominantemente, de competência de outras instâncias, que não os Conselhos. Estes assumem, portanto, o papel de importante espaço de intervenção política e controle social do desenvolvimento, execução e gestão de políticas públicas.

<sup>8</sup> Para mais informações sobre as UC, a Formação Socioambiental e o desenvolvimento dos trabalhos, acesse: <http://www.ambiente.sp.gov.br/formacao-socioambiental/>

<sup>9</sup> Além dos que constam no quadro 1, outros campos estudados para subsidiar a propostas foram: “gestão ambiental pública”; “áreas protegidas” e “representações sociais de meio ambiente”.

Dos campos e respectivos debates que fundamentam a Formação Socioambiental, destacam-se, para o “recorte” na análise para este artigo, os que constam no quadro 1.

<b>Eixo temático</b>	<b>Principais contribuições à construção de uma proposta de Formação Socioambiental</b>	<b>Referências consultadas</b>
<b>Conselhos Consultivos de UC</b>	Tidos como gestores. Como instância democrática e legitimada pelos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão das UC. Um espaço tanto de ensino-aprendizagem como do contraditório (ideias, representações sociais, posições, opiniões conflitantes e contrapostas), com potencial de construção de consensos para o desenvolvimento de agendas positivas.	Palmieri e Veríssimo, (2009), Brasil (2002), Loureiro; Azaziel & Franca (2003; 2007).
<b>Educação Ambiental</b>	Prioriza ações pedagógicas voltadas à reflexão sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Parte do entendimento de que a problemática socioambiental constitui-se de dimensões (social, natural, cultural, política, histórica).	González Gaudiano (2001), Layrargues (2000; 2006), Loureiro (2006a; 2006b), Guimarães (2000).
<b>Ensino-aprendizagem</b>	Com base na perspectiva histórico-cultural, compreende os sujeitos em suas relações sociais (colocando em evidência as diferentes representações sociais) e a aprendizagem como um processo essencialmente social, que ocorre na interação entre os sujeitos (percurso formativo mediado pela equipe e pelos envolvidos). Entendimento também inspirado na Pedagogia Histórico-Crítica no que se refere à identificação de problemas (socioambientais) estruturais de ordem social e econômica, sinalização à necessidade de compreensão mais aprofundada (sem abrir mão, em princípio, daquela que os participantes já trazem), identificação e observação de instrumentos existentes e aqueles necessários, construção planejada e consciente de intervenções na realidade.	Vygotsky (1991, 1993); Saviani (1999; 2011).
<b>Participação</b>	Como direito e como conquista, como aprendizagem e percurso ou processo com horizonte emancipatório. Dirige-se às tomadas de decisão, não exclusivamente à execução de decisões já tomadas.	Gohn (2001), Dallari (2004); Bordenave (1987); Arnstein (2002); Demo (1999); Dagnino (2004).
<b>Opções metodológicas</b>	Utilização de técnicas, linguagens e recursos com vistas a proporcionar a participação equitativa de todos, utilizando o espaço dos Conselhos para a articulação de diferentes representações sociais e das contribuições de diferentes agentes sociais representados nos encontros da FS.	Loureiro, Azaziel, Franca (2003), Faria (2002), Matus (2007), Klausmeyer; Ramalho (1985);

**Quadro 1** – Quadro referencial conceitual e teórico da Formação Socioambiental.

### 3. Do *modus operandi* da FS e a pesquisa para acompanhamento e avaliação do percurso

Os trabalhos desenvolveram-se, basicamente, da seguinte forma: idealizou-se um percurso formativo pautado pela compreensão em maior profundidade da problemática socioambiental de cada UC, a partir da exposição e compartilhamento de saberes, informações, conhecimentos, posições e interesses; e de envolvimento com os problemas de fiscalização ambiental, proporcionado pela participação na dinâmica de refletir, debater, compreender, diagnosticar e planejar ações para o enfrentamento destes problemas. Ações a serem realizadas pelos próprios Conselhos, constituindo agendas.

O percurso contou com três momentos, organizados em três encontros<sup>10</sup> com cada UC e Conselhos: 1) sobre algumas maneiras de olhar e compreender gestão ambiental, participação, Conselhos de áreas protegidas, a UC e o território; 2) para mapeamento de problemas e respectivas causas e agentes sociais atuantes no território; 3) planejamento de intervenções e construção de agendas dos Conselhos. Diferentes técnicas participativas<sup>11</sup> foram articuladas para se criar

<sup>10</sup> Em três das UC, organizadas em um “pólo de FS”, foram necessários quatro encontros para concluir os três momentos.

<sup>11</sup> Técnicas de discussão, de mapeamento, de planejamento e de visualização dos resultados a que chegaram os grupos organizados ao longo de oficinas de trabalho.

ambientes que fomentassem a expressão, o diálogo e tomadas de decisão pelos presentes, de maneira organizada e consciente.

A análise e avaliação da FS realizada entre julho e dezembro de 2013 podem ser organizadas em dois grandes eixos: 1) um relativo à Matriz Lógica de Avaliação (desenvolvimento da proposta, eficácia, eficiência, efetividade e impactos)<sup>12</sup>; 2) outro relativo às aproximações e distanciamentos entre o que se realizou e se alcançou em termos de resultados e as opções conceituais e teóricas expostas no quadro referencial.

Esta segunda ordem de análise e avaliação ocorreu como decorrência de resultados (tanto da execução da proposta, como de seus “produtos”, tais como os resultados de cada oficina: definição de problemas, levantamento e escolha de causas a serem enfrentadas e agendas dos Conselhos) que aparentavam não estar coerentes com as opções feitas. Compreender melhor eventuais razões para incoerências conceituais e teóricas com a prática realizada e ter maior clareza sobre as possibilidades teóricas efetivadas tornou-se imperativo para se buscar o objetivo de identificar as potencialidades e limitações de uma proposta como esta da FS.

Conforme exposto no projeto de pesquisa, para coletar evidências ao longo de todo o percurso, buscando respeitar a Matriz Lógica de Avaliação e seus critérios e indicadores, foram desenvolvidos os seguintes instrumentos de coleta de dados e informações:

- a. Listas de presença (quantidade e origem dos participantes);
- b. Ficha de avaliação FS (durante o desenvolvimento da proposta);
- c. Ficha de avaliação dos participantes (em todos os encontros);
- d. Ficha de avaliação da equipe (a cada encontro);
- e. Registro de anotações ao longo da técnica de Grupo Focal com gestores, ao término do ciclo.
- f. Ficha de avaliação dos participantes (no encontro de retorno aos Conselhos ao final do ciclo).

As fichas continham questões, fechadas e abertas, vinculadas aos critérios e indicadores da Matriz Lógica de Avaliação, de forma a abarcar, nesses instrumentos de coleta de evidências, o maior número possível de dados e informações para serem tratados posteriormente.

O trabalho de coleta, registro, organização, tratamento, interpretação e análises de todos os dados, informações e registros observados ao longo de todo o percurso em 2013 teve como fontes de evidências as respostas dos participantes a questões colocadas pela equipe e as próprias situações

---

<sup>12</sup> São 5 as plataformas de avaliação contidas na referida matriz: 1) desenvolvimento, para avaliarmos o processo de desenvolvimento da proposta de Formação Socioambiental num contexto institucional de fiscalização e, especificamente, de gestão de unidades de conservação; 2) execução, para avaliarmos a eficácia – se objetivos colocados à FS foram alcançados – e eficiência – disponibilidade e uso de recursos, bem como a necessidade de alterações, suas razões, justificativas etc.; 3) receptividade, para avaliarmos a pertinência da proposta em áreas mais ligadas à gestão e à fiscalização, o quanto foi compreendida e aceita pelos grupos aos quais a FS foi exposta como componente da gestão ambiental pública e estratégia de enfrentamento dos problemas de fiscalização nas UC; 4) Efetividade, para avaliarmos o alcance da proposta, ou seja, se a FS foi apropriada pelos participantes que tiveram acesso à metodologia; 5) impacto, para avaliarmos se houve desdobramentos das experimentações realizadas em cada Conselho.

formativas (oficinas). Os instrumentos de coleta utilizados foram formulários (perguntas aos participantes) e a observação participante, além dos próprios “produtos”. Já o tratamento das informações coletadas foi composto de pré-análises, categorizações, tabulações e inferências, subsidiando análises mais amplas com a base empírica consolidada<sup>13</sup>.

#### 4. Resultados e discussão

Inicialmente é oportuno expor alguns dados gerais: foram 9 Conselhos trabalhados; 467 participações<sup>14</sup>; 8 Conselhos com plano de ação; 120 causas levantadas; 12 causas escolhidas; 51 ações projetadas.

Do ponto de vista proporcionado pelos dados levantados no acompanhamento e avaliação da FS, foi possível desenvolver um quadro interpretativo que subsidia a afirmação anunciada neste artigo: a de que os Conselhos devem ser vistos como espaços de ensino-aprendizagem para qualificar a participação social na gestão pública. O quadro 2 sintetiza essa análise.

Dado obtido	Interpretação
68% das causas dos problemas de fiscalização levantadas nos Conselhos são de ordem social (23%), econômica (18%), política (14%) e cultural (13%).	O entendimento sobre o problema de fiscalização foi ampliado para suas causas e impactos na UC. Se era comum compreender que a fiscalização combatia o problema, ficou evidente que a fiscalização repreende manifestações do problema, não suas causas. Tal “combate” é relevante, mas não suficiente em termos de gestão ambiental.
76% das ações construídas pelos participantes são direcionadas ao território onde se localizam as UC, sendo de caráter informativo/comunicativo (25%), articulação do Conselho com outros agentes sociais do território (20%), de qualificação do próprio Conselho, seja no acesso a informações importantes, quanto a instrumentos que podem ser utilizados e programas governamentais existentes (17%), voltadas ao interesse em intervir em decisões de planejamento sobre o território ou da UC (14%).	Se havia uma compreensão de que a atuação do Conselho se restringia à gestão da UC, principalmente considerando seus limites físicos, o dado evidencia um deslocamento ou ampliação no entendimento sobre o alcance territorial da atuação dos Conselhos. Ressalta, inclusive, a possibilidade de os Conselhos limitarem seu caráter consultivo (definido em Lei) no que tange à gestão da UC; no que se refere à atuação no território – não em nome da UC ou do órgão gestor, mas do Conselho – assume características deliberativas (para informar/comunicar-se com agentes sociais que têm alguma relação com as causas observadas; para relacionar-se com outros espaços de controle social da gestão pública (Conselhos de Habitação, de Educação, de Saúde, de Meio Ambiente etc.), para buscar mais subsídios formativos ou mesmo estabelecer ações articuladas com outras já existentes fora da UC, mas que apóiam o enfrentamento de causas de problemas de fiscalização.
66% dos participantes entendem a metodologia de “mapear, compreender e planejar intervenções” como sendo útil à atuação do Conselho; destes, 15% enxergaram sua aplicação para lidar com outros programas das UC, como de uso público, de educação ambiental ou interação socioambiental (que também têm problemas específicos a ser enfrentados a partir de suas causas)	Ambos os indicadores apontam para uma apropriação da metodologia compartilhada pela FS, visando a uma melhor organização de pessoas, ideias, debates e mediação de controvérsias. Isso qualifica a participação na medida em que permite a expressão e diálogo na direção de tomadas de decisões.
77% dos participantes avaliaram como alto o grau de aprendizagem sobre o papel e atuação do Conselho.	Considerando que abordagem ao tema “Conselhos de UC” feita pela FS se referiu a buscar ampliar o entendimento sobre as competências, atribuições e alcance da atuação dos Conselhos, assim como o Conselho como um espaço no qual podem participar

<sup>13</sup> Embora não se tenha buscado aplicar técnicas identificadas com a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; CAREGNATO; MUTTI, 2006) e mesmo da Análise de Discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006), pode-se reconhecer que os procedimentos inspiraram-se em ambos. Tal postura não permite afirmar o surgimento de uma terceira técnica de análise – nem este foi o objetivo – mas gerou uma sequência de procedimentos identificados com ambas as proposições técnicas de análise.

<sup>14</sup> Número de pessoas presentes na totalidade de encontros realizados em todos os polos trabalhados. Optou-se por “participações” no lugar de “participantes” devido a, por um lado, rotatividade de pessoas presentes (novos participantes a cada encontro), assim como, por outro, à frequência contínua de outros participantes. Por se considerar como relevante a presença a cada encontro, com contribuições variadas a cada demanda, foram somadas todas as presenças, em todos os encontros feitos.

	outros agentes que não exclusivamente conselheiros, infere-se a partir deste dado que a FS, como processo formativo, contribuiu à qualificação dos participantes em sua relação com espaços de participação na gestão pública.
68% dos participantes avaliaram como alto o grau de aprendizagem sobre participação na gestão, a partir da fiscalização ambiental.	O dado sugere que significativa parcela dos envolvidos compreendeu que problemas de fiscalização ambiental podem ser tomados como “temas geradores” de reflexões, debates e ações que não se restringem às suas manifestações e impactos na UC, mas sim a questões estruturais, como educação, renda, habitação etc. Participação na gestão, portanto, pode ser entendido como atuar na gestão ambiental do território, com vistas a buscar interferir politicamente em decisões de interesse público.
69% dos participantes avaliaram que se apropriaram bem das técnicas e procedimentos compartilhados pela FS.	Este dado demonstra o viés de instrumentalização técnica dos Conselhos de UC, no sentido de familiarizarem-se com meios de organizar as reuniões, os debates sobre a problemática das UC e, principalmente, desenvolverem meios de intervenção na gestão dos respectivos territórios.
71% dos envolvidos avaliaram que compreenderam muito bem os problemas (de ordem socioambiental) de fiscalização nas UC em que atuam.	Tal indicador contribui para demonstrar a efetividade do ensino-aprendizagem em espaços como Conselhos de UC sobre temas de caráter socioambiental, partindo de problemas de fiscalização.
O significado da FS para 78% dos participantes se distribui entre “maior compreensão (da UC, de seus problemas e dificuldades, sua gestão e sobre o Conselho)” (36%), “expressão e diálogo” (23%) e “orientação” (19%).	O conjunto de dados aponta para que a intervenção feita com os Conselhos subsidiou uma maior consciência a respeito dos problemas de fiscalização, mas alcançam reflexões sobre áreas protegidas e suas relações com outros temas, de ordem social, econômica, política, cultural etc.

**Quadro 2** – Inferências com base em indicadores construídos a partir de respostas dos participantes.

A seguir o quadro 3 expõe contribuições da FS, observadas ao longo do percurso, no campo da Educação Ambiental. Organizam-se em 3 perspectivas: a) contribuições ao planejamento dos Conselhos; b) a políticas voltadas a Conselhos e à fiscalização em UC; c) a uma metodologia de envolvimento dos Conselhos com a fiscalização de maneira formativa.

#### **Contribuições da FS ao planejamento e dinâmica dos Conselhos**

A contribuição foi demonstrar que a “formação socioambiental” pode ocorrer a partir da práxis do próprio Conselho, ou seja, tomando por base um conjunto de atribuições deste espaço de participação, mobilizar uma gama de informações, conhecimentos e perspectivas (aqui tomadas como representações sociais).

#### **Contribuições da FS à construção de políticas públicas**

**-Para trabalhar com Conselhos:** houve reforço de que o trabalho com Conselhos deve compreendê-los como espaços de ensino-aprendizagem, tomando problemas de fiscalização ambiental como temas geradores de processos reflexivos, problematizadores, voltados à construção de intervenções na realidade compreendida.

**-Para a fiscalização:** obtiveram-se evidências de que a temática da fiscalização pode servir de tema gerador ou ponto de partida para processos formativos que culminem em ações preventivas aos problemas de fiscalização; o tema da fiscalização pode pautar significativamente a agenda destes Conselhos sem restringi-los a uma agenda com viés repressivo.

#### **Contribuições da FS ao desenvolvimento de metodologia**

Demonstração de que a experiência contribuiu para maior compreensão sobre as possibilidades de atuação do Conselho, para o encaminhamento de ações de interesse da fiscalização ambiental (numa perspectiva preventiva) e para o entendimento de que o envolvimento com a fiscalização integra a gestão da UC e do território.

A experiência mostrou-se eficaz no que se refere à construção de agendas a partir do reconhecimento das diferenças e busca por construir consensos (atribuições legais dos Conselhos). No entanto, não houve teste, nesta experiência, de aprofundamento ou politização das diferenças.

**Quadro 3** – Contribuições da FS no campo da Educação Ambiental em três perspectivas.

Outra análise realizada se reporta ao quadro conceitual e teórico construído. Para este texto apresenta-se o recorte a partir do referencial em Educação Ambiental. O quadro 4 traz colaborações para o reconhecimento e fomento do trabalho com Conselhos como uma das frentes de Educação Ambiental nos órgãos gestores e instituições afins. Sua característica principal foi observar que aspectos – pautados pelos dados e observações colhidas em campo, ao longo da condução dos trabalhos – aproximam ou distanciam a FS dos pressupostos que inspiraram e serviram como

balizas (políticas, filosóficas, teóricas, metodológicas, pedagógicas etc.) para o desenvolvimento da iniciativa, tanto quanto para sua realização.

### Aproximações com o referencial de EA utilizado

A - Em se tratando da proposta da FS, identificamos aproximações com a perspectiva crítica de Educação Ambiental, devido às seguintes características:

1) a FS dirigiu-se a adultos com atuação política no espaço do Conselhos Gestor; 2) A FS pautou-se por direcionar a reflexão, o debate e as compreensões sobre os problemas ambientais das UC no sentido de identificar os conflitos sociais, relacionados às causas estruturais de tais problemas. Convidou os participantes a observar a problemática socioambiental em sua complexidade; 3) Proporcionou situações de diálogo e debate entre conhecimento científico e saberes populares; 4) proposta de se construírem intervenções nos territórios das UC dialoga com a ideia de que a EA em perspectiva crítica direciona-se a “(...) criticar a realidade historicamente dada e propor a alteração das injustas relações de poder”; 5) A FS priorizou discussões e abordagens dos problemas ambientais com foco na compreensão dos sistemas sociais relacionados às causas; 6) Ao apontar as causas como objeto de enfrentamento com ações articuladas e no território da UC, a FS direcionou-se à diminuição dos riscos e vetores de pressão às UC; 7) A FS partiu do entendimento de que a “resolução de problemas” pode ser um tema gerador, tanto para a reflexão e debate com vistas a uma ampliação da compreensão, assim como para o desenvolvimento de ações (não foram voltadas às manifestações dos problemas, mas sim às suas causas).

### Distanciamentos do referencial de EA utilizado

A predominância na escolha por causas de ordem cultural e aquelas ligadas à gestão da UC e à fiscalização indica distanciamento com a ideia de uma EA que resulta no reconhecimento de que há conflitos socioambientais a serem enfrentados por intermédio da Gestão Ambiental na arena política. Reconhecimento houve, mas não foi relacionado diretamente com a atuação dos Conselhos. Os indicadores sobre os recursos utilizados, especialmente as variáveis “clareza”, “complexidade” e “linguagem”<sup>15</sup> sugerem que, no caso de Cananéia (Vale do Ribeira), houve um distanciamento daquilo que a EA crítica tem de contato com a Educação Popular. Cananéia foi o polo no qual a presença de representantes de comunidades tradicionais demandou maior esforço de adequações da FS. Considerando os registros feitos pela observação participante na pesquisa, tais esforços foram insuficientes. Outro distanciamento revela-se com a não politização dos conflitos relacionados às causas. Nem por parte da FS, nem por parte dos participantes. A ausência de representantes de grupos sociais em conflitos com as UC reforça esta leitura.

**Quadro 4** – Aproximações e distanciamentos entre as inferências sobre a FS a partir dos dados e observações e os pressupostos conceituais e teóricos assumidos quando de seu desenvolvimento.

## 5. Algumas considerações

O artigo pautou-se por expor um processo formativo denominado Formação Socioambiental (FS) ocorrido em 2013 em Conselhos de Unidades de Conservação (UC). Foram também apresentados dados e informações resultantes de tal intervenção que teve por objetivo envolver os participantes no desenvolvimento de abordagens a problemas de fiscalização de UC. Tais evidências reforçam a compreensão dos Conselhos como espaços de ensino aprendizagem e *lóci* privilegiados para se desenvolver processos de educação ambiental em perspectiva crítica, gerando, ainda, contribuições diversas à construção de políticas públicas para a gestão de Conselhos, à fiscalização ambiental e ao desenvolvimento de método de envolvimento formativo de conselheiros com a gestão ambiental do território no qual a UC se insere.

## 6. Referências bibliográficas

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**, que regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

<sup>15</sup> Indicadores de baixa aprovação.

- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de Conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, vol. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.
- DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.
- FARIA, A. A. C. **Ferramentas do diálogo** – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA/ IEB, 2006.
- GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GONZÁLEZ GAUDIANO, E. Otra lectura a la historia de la educación ambiental en América Latina y el Caribe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, p. 141-158, jan./jun. 2001. Editora da UFPR.
- GUIMARÃES, M. Intervenção Educacional. In: FERRARO JR. L. A. (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, 2005. p. 189-200.
- KLAUSMEYER, A.; RAMALHO, L. (orgs.). **Introdução a metodologias participativas, um guia prático**. Recife: SACTES-DED, 1985.
- LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. A crise ambiental e suas implicações para a educação. In: QUINTAS, José Silva. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: 3ª ed. IBAMA, 2006.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006b.
- LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (orgs.). **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: IBASE, IBAMA, 2003.
- LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho em unidade de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: IBASE; Instituto Terra Azul, Parque Nacional da Tijuca, 2007.
- MATUS, C. **MAPP Método Altadir de Planificación Popular**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2007.
- PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Piracicaba: Imaflora, SP; Belém: Imazon, PA, 2009.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política**. 32ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.